

### Combinar trabalho com estudo, uma boa preparação

Cada vez são mais os jovens que combinam os seus estudos com algum tipo de trabalho. Uma [publicação](#) da OCDE – a cargo da economista Glenda Quintini – parte de dados sobre os 23 países participantes no [Inquérito de Competências para Adultos](#) (PIAAC – Programme for the International Assessment of Adult Competencies), elaborado pela própria OCDE. Em grandes linhas, o inquérito calcula que 39 % dos estudantes com idades entre 16 e 29 anos trabalharam em 2012. Não obstante, esta percentagem é pouco representativa, pois oscila entre 15 % em Itália e 60 % na Holanda.

Os jovens de países anglo-saxónicos são mais propensos a combinar estudo e trabalho, enquanto que este costume é menos frequente em países europeus como Itália, Bélgica ou República Checa, onde menos de 20 % dos estudantes trabalham.

Segundo Quintini, a cultura laboral de cada país condiciona fortemente os jovens que procuram combinar estudo e trabalho. Na Europa continental, onde a “cultura do título oficial” é muito arraigada, grande parte dos estudantes que trabalham, fazem-no em programas de formação profissional ou em lugares de aprendiz, especificamente orientados para o seu futuro campo laboral. Os empresários seguem o mesmo critério quando oferecem trabalho de estágios.

Dos estudantes que trabalham em França e Alemanha, metade são aprendizes, enquanto que na Áustria e Itália são 40 %, e mais de 20 % noutros países (Dinamarca, Bélgica, Holanda, Espanha). Outro importante contingente são os alunos em formação profissional: por exemplo, mais de um em cada cinco na Dinamarca, Noruega, Polónia ou República Checa. Por outro lado, o elevado desemprego juvenil na União Europeia – 20,7 % –, segundo [dados](#) publicados há alguns meses pelo Eurostat – levaram os governos a promover mais este tipo de programas.

A tradição laboral dos países anglo-saxónicos e outros é diferente. Aqui é dada primazia à experiência sobre o título oficial. Os estudantes não procuram, em geral, postos de trabalho de estágios onde aprender um ofício, mas trabalhos remunerados de qualquer tipo, não relacionados com os

estudos, em horários vespertinos, fins de semana ou verão. É o caso de mais de 90 % dos estudantes a trabalhar no Reino Unido, EUA, Japão, Coreia do Sul e Suécia.

Para a OCDE, onde a legislação insiste na proteção do emprego e dificulta os contratos temporários, tende a haver menos estudantes que trabalham fora da situação dos estágios para alunos de formação profissional. Já nos países anglo-saxónicos, com muito trabalho a tempo parcial ou por horas, há mais estudantes a trabalhar.

Em termos gerais, os jovens que frequentam estudos universitários de licenciatura ou pós-graduação são os que combinam com mais frequência estudo e trabalho.

Muitos fazem-no para pagar os estudos. Mas onde há combinação de estudo e trabalho, as propinas universitárias não são necessariamente mais caras. Nos países nórdicos, onde os estudantes recebem subsídio público para estudar e os estudos universitários são gratuitos, quase todos os estudantes trabalham para se emanciparem dos pais.

Em geral, os trabalhos mais frequentes entre universitários não são estágios, mas ocupações não relacionadas com os estudos.

O relatório também refere que combinar estudo e trabalho costuma ser benéfico. As investigações indicam que um trabalho moderado – seja ele de estágios, trabalhos de verão ou empregos com não mais de 15 horas semanais durante o curso – não costuma dificultar o rendimento académico. Pelo contrário, ajuda o estudante “a desenvolver competências vitais, como um maior sentido da responsabilidade, uma consciência ética do trabalho e uma maior disciplina”, defende o estudo de Quintini.

P. A.

### As razões dos desertores do Estado Islâmico

Falou-se muito dos jovens muçulmanos, também do Ocidente, que se juntam às fileiras do Estado Islâmico (EI). Os seus

motivos e os métodos de captação que o EI utiliza com eles é objeto de cuidadosa investigação, a fim de contrariar a propaganda jihadista. Mas não são tão conhecidos, e não seriam menos úteis, os casos dos que de imediato abandonam decepcionados. O [International Centre for the Study of Radicalisation](#) (ICSR), com sede em Londres, analisou testemunhos de desertores, que poderiam servir de advertência para candidatos.

Não existem dados seguros, mas pensa-se que nos dois últimos anos se juntaram à jihad no Médio Oriente uns 20 000 estrangeiros, a maioria nas fileiras do EI. Cerca de um quarto partiram da Europa, e desses, regressaram entre 1200 e 2000.

Poucos dos que abandonam se referem publicamente, por receio de represálias do EI ou de serem processados no país de origem. Alguns, no entanto, falam para difundir a sua experiência ou precisamente para cair nas boas graças das autoridades. A objetividade dos seus relatos é difícil de comprovar. É provável que minimizem o seu envolvimento nas operações do EI.

De qualquer forma, o ICSR encontrou 58 testemunhos credíveis, pelos pormenores que contêm e porque concordam no fundamental. Desses 58 desertores, a grande maioria (40) vêm do Médio Oriente, principalmente da Síria (21). Há também 9 sauditas, 4 tunisinos e alguns poucos de outros países da região. Do Ocidente (cinco países europeus e Austrália) são 9, e da Ásia (Índia, Indonésia e Tadjiquistão), sete. Dois não têm nacionalidade conhecida. Sete são mulheres.

O ICSR descobriu quatro tipos de razões expostas pelos antigos combatentes para justificar a deserção.

**1) A maior parte sentiram-se decepcionados com o EI a combater outros sunitas.** Na Síria, dizem, acabar com o regime de Assad não é primazia na organização, que se esforça muito a lutar contra outros grupos rebeldes e está obcecada em descobrir espões e traidores infiltrados.

**2) A rejeição de outros deve-se à selvajaria do EI:** assassinios de reféns, violência contra civis, execuções de combatentes próprios por vários motivos. Os desertores não falam das atrocidades a cristãos ou outras minorias: só se indignam se as vítimas são sunitas.

**3) Alegam corrupção ou maus tratos pelos comandos.** Desertores sírios queixam-se dos privilégios dos estrangeiros no EI. Um indiano denunciou racismo.

**4) A outros decepcionou-os a vida real nas fileiras do EI, diferente das grandes promessas que os haviam atraído.** As expectativas de luxo e riqueza não se cumpriram. Os que esperavam ações heroicas, depararam com jornadas rotineiras e aborrecidas. Alguns queixam-se de que os voluntários estrangeiros são usados como carne para canhão.

Abandonar o EI é difícil e perigoso. “O EI quer matar qualquer pessoa que diga não”, afirma [um desertor sírio](#), que escapou

para a Turquia com a ajuda de um contrabandista. “Todos têm de estar com eles. Eu pensava continuamente: se me apanham, irão decapitar-me”.

A decepção com o EI não significa necessariamente que os desertores tenham renegado a ideologia islamita. Um [australiano](#), muçulmano convertido, contou ter presenciado execuções públicas, entre elas a de um casal apedrejado até à morte por adultério, algo que ele aprova por considerar isso conforme à *sharia*. Pelo contrário, recusa as de jornalistas, membros de equipas humanitárias e outros não combatentes.

Para o ICSR, embora esse e outros testemunhos continuem a justificar de certa forma o extremismo islamista, é útil difundir os, pois, por outro lado, acusam o EI de diversas condutas contrárias ao Islão. Ao pôr em evidência as contradições, falsas promessas e hipocrisia do EI, podem encorajar outros a desertar ou dissuadir de envolvimento os que têm em perspetiva vir a fazê-lo.

## Um assassino não produz um clima social

Quando alguém procura encontrar sentido para os atos terroristas, existe uma tendência para os interpretar dentro de um esquema que reforça as ideias preconcebidas. No caso do massacre de Orlando, a chave de interpretação foi: radical islâmico fanatizado produz um massacre num clube gay, movido pela homofobia. Mas à medida que se vão conhecendo mais pormenores da vida de Omar Mateen, o seu perfil torna-se mais complexo. E quando se trata de um lobo solitário, é muito mais aventuroso pretender decifrar a sua mente e as suas motivações.

O que vai emergindo é uma personalidade instável e violenta. Na escola, foi já um aluno conflituoso, com bastantes sanções disciplinares. Sabemos que maltratava a sua primeira mulher até o ter abandonado, que foi interrogado duas vezes pelo FBI como suspeito, e que gostava de armas e possuía algumas. Ia à mesquita, mas tão-pouco se destacava pela sua religiosidade, como é cada vez mais habitual entre os muçulmanos violentos.

Sobre a sua orientação sexual há versões contraditórias: enquanto alguns conhecidos dizem que odiava os gays, outros consideravam-no de tendência homossexual. De facto, frequentadores do Pulse confirmam que tinha ido lá dezenas de vezes como cliente. A ânsia narcisista de notoriedade manifesta-se também no facto de que, enquanto realizava o massacre, foi capaz de colocar comentários no Facebook e ligar para uma emissora de televisão.

Embora estas informações nos deem alguma luz sobre a sua personalidade, continuamos sem entender o que pode tê-lo levado a efetuar o massacre. Por mais que tenha declarado

pouco antes dos factos a sua fidelidade ao Estado Islâmico, dá a impressão de ter atuado como um lobo solitário, que manifestou a sua frustração e a sua raiva sob a roupagem de uma causa.

É óbvio que o seu crime revela ódio e desprezo pelos homossexuais. Mas tentar explicar a matança como fruto de um clima social de homofobia faz pouco sentido. No entanto, é a explicação que alguns querem dar. O “The New York Times” escreve num [editorial](#): “Os crimes de ódio não acontecem no vazio. Ocorrem onde o fanatismo envenena, onde as minorias são vilipendiadas e onde as pessoas se convertem em bode expiatório por oportunismo político”.

E daí passa a desqualificar a ação dos estados governados por Republicanos, que desde a legalização do casamento *gay* pelo Supremo Tribunal, “redobram a sua luta contra as leis que protegem as pessoas com base na sua orientação sexual e identidade de género”.

Na realidade, estas leis, como a First Amendment Defense Act, o que pretendem é proteger a liberdade religiosa dos que não querem ver-se envolvidos em atos, como o casamento *gay*, que contrariam as suas convicções. Como explicou Matthew Franck, “os cristãos que resistem a uma redefinição do casamento, e que querem ser livres de viver de acordo com o que a sua fé ensina sobre o casamento, não odeiam ninguém, e a legislação que protege a sua liberdade não é anti-LGTB, exceto nas mentes dos que querem impor um conformismo forçado”.

Mas o massacre de Orlando proporciona uma boa oportunidade para apresentar qualquer resistência às pretensões LGTB como grosseiro delito de ódio. Se se pensa que o casamento é somem-te entre homem e mulher, se se está convencido de que uma criança necessita do pai e da mãe, se se pensa que uma pessoa não pode mudar de género à vontade, se não se vê a necessidade de uma proteção especial para a população LGTB, então está-se a contribuir para criar o clima do massacre de Orlando.

Mesmo que se seja uma pacífica florista que se limita a resistir a decorar um casamento *gay*, contribuiu-se para carregar a carabina de Omar Mateen.

Na realidade, apesar da ideia do “The New York Times” e de outros meios de comunicação de apresentar os LGTB como uma comunidade vilipendiada e ameaçada, os grandes meios de comunicação rivalizam hoje entre si para dar uma imagem positiva dela. Fazer objeções a qualquer das suas pretensões transforma-se de imediato em sinal de homofobia, sem necessidade de analisar os argumentos favoráveis ou desfavoráveis.

Em qualquer caso, é realmente uma ideia peregrina pensar que uma mente como a de Omar Mateen necessite de um caldo de cultura intelectual para passar à ação.

Outros atos de terroristas islâmicos foram interpretados como “contrários ao Ocidente”, enquanto ataques à liberdade ou

crimes contra os direitos humanos. Mas nestes tempos de política identitária, o massacre de Orlando é apresentado apenas em termos de ato homofóbico. E mais, apresentar as vítimas como simples “pessoas” assassinadas é para alguns um modo de escamotear a sua autêntica condição. Tem de se dizer que as mataram por serem *gays* (não sei por que se esquece a sua condição de latinos, quando 90 % das vítimas o são). Houve mesmo um ativista pró-direitos LGTB a denunciar que o comunicado de condenação do Vaticano não mencionou que as vítimas eram *gays*.

Na “[Spiked](#)”, Brendan O’Neill destaca a afirmação de um comentador que insiste no facto das 49 vítimas deverem ser recordadas como *queer lives* e não como *human lives* abstratas e indiferenciadas. Para O’Neill, esta ideia de que uma pessoa é primeiro *gay*, e só depois humana, é uma das nefastas consequências das políticas identitárias. “Diria que as vítimas de Orlando sofreram uma dupla desumanização. Primeiro, foram desumanizadas por Omar Mateen, que as encarava claramente como menos do que humanas, como ‘maricas’ que mereciam somente uma morte violenta. E a seguir foram desumanizadas pelo discurso da política identitária, que pede explicitamente que sejam objeto de refundação nas discussões generalistas sobre a humanidade e as vejamos como *queer lives* em vez de *human lives*”.

O movimento LGTB, que se noutros tempos foi perseguido, hoje é *establishment*, pode apresentar 49 vítimas reais, mortas pelo ódio de um assassino, e não deixará de reivindicá-las. Todos temos de lutar contra o fanatismo. Mas precisamente por isso, tem de se respeitar a liberdade do divergem-te, sem o desqualificar como fanático.

I. A.

## “Estado de crisis”

“State of Crisis”

Autores: Carlo Bordoni, Zygmunt Bauman  
Paidós. Barcelona (2016).  
208 págs.  
Tradução (castelhano):  
Albino Santos Mosquera.

Diálogo entre Carlo Bordoni, jornalista e especialista em sociologia da cultura, e Zygmunt Bau-man, um dos sociólogos contemporâneos vivos com maior reconhecimento e influência.

O livro divide-se em três capítulos que se podem ler separadamente: o primeiro aborda a crise do Estado ou, talvez melhor, do estatismo; o segundo capítulo reflete sobre a crise da modernidade e o debate sobre a pós-modernidade; e o último ocupa-se da crise e do futuro da democracia.

Desde a primeira página fica claro que não é um texto superficial ou conjuntural mas, como costuma ser habitual em Bauman, uma análise da situação atual que abrange diferentes aspetos. O objeto do livro não é constituído pelas crises económicas ou políticas mais recentes; o que está na origem da conversa entre Bordonni e Bauman é o uso frequente da palavra “crise” para explicar o momento em que se encontram muitas das instituições sociais contemporâneas. Trata-se de uma reflexão sobre a crise de instituições como o Estado, a democracia, as relações estáveis, os partidos políticos, os contratos duradouros, etc.

Os autores explicam que a palavra *crise* está vinculada a situações de precariedade laboral, afetiva, representativa, identitária, etc., que há algum tempo deixaram de estar ligadas a vitórias da liberdade e passaram a relacionar-se com a incerteza, o medo ou o risco. Ao ponto de uma nova classe social parecer estar a percorrer o Ocidente: a “precariedade”. “Os precários caracterizam-se por terem lares edificadas sobre areias movediças e pela ignorância absoluta que admitem ter sobre como se vão passar as coisas (não faço ideia de onde me irão surgir os golpes) e pela sua impotência (e mesmo que o soubesse, não tenho poder para os desviar)”, salientam. Bauman, seguindo as suas análises sobre a sociedade líquida, convida-nos a considerar que “a transitoriedade e a instabilidade se refletem em todos os aspetos da vida diária”, desde o emprego até ao amor, e influenciam mesmo as expressões culturais.

O livro inclui muitas outras reflexões interessantes. Sobretudo, os autores têm uma notável capacidade para descrever e delimitar assuntos e processos. Por exemplo, atrevem-se a datar com precisão a pós-modernidade como os trinta últimos anos do século XX. Ou, se nos ativermos a dois acontecimentos de consequências globais, aos anos que vão do Maio de 1968 aos atentados das Torres Gémeas de Nova Iorque (2001).

O livro aborda todos os assuntos numa perspetiva crítica em face dos excessos do liberalismo económico e defende a necessidade de aprofundar os canais de participação dos cidadãos devido aos riscos de anquilosam-no das instituições tradicionais de representação política.

J. A. R. S. R.

